

# RELATÓRIO & CONTAS

**FUNDAÇÃO  
MONTE**

---

**20**

**16**

---

---

# ÍNDICE

---

**4**

---

**RELATÓRIO DE  
GESTÃO**

**7**

---

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**22**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS**

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

---

## 01 INTRODUÇÃO

A criação desta Fundação, por decisão da Família Monte, constituiu a concretização da vontade dos seus membros em promover os valores da educação e da solidariedade social.

Tem como fins primordiais a promoção da educação, o fortalecimento da solidariedade social, o apoio a entidades públicas e de interesse público e o desenvolvimento de infra-estruturas, conceder isoladamente ou em conjunto com outras entidades bolsas de estudo e prémios a estudantes, investigadores académicos e/ou outras pessoas singulares ou coletivas, apoiar o desenvolvimento de creches ou lares em estreita sintonia com a segurança social, ajudar instituições hospitalares, associações de bombeiros e afins, construir ou promover a construção de infra-estruturas de interesse público.

A Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar atividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, nomeadamente nos distritos de Viana do Castelo, Porto e Braga e em particular no concelho da Póvoa de Varzim.

## 02 INSTALAÇÃO E ORGÂNICA

A sede da Fundação ficou estabelecida na Rua Avelino Barros, nº 283, na Póvoa de Varzim.

A proximidade e estreita ligação com os fundadores revelou-se benéfica, permitindo logo no seu primeiro ano de atividade a concretização do apoio financeiro a algumas entidades de interesse público.

Tal como definido desde o primeiro dia e nos seus estatutos, a Fundação mantém-se firme na estratégia de reduzir ao mínimo possível os encargos estruturais da fundação, nomeadamente encargos com o pessoal.

Atualmente trabalham na Fundação a título gratuito: um Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores.

## 03 ÓRGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

#### Presidente

Fábia Filipa Valentim Gomes do Monte

#### Vogal

Tiago Nuno da Silva Melo Patrício

#### Vogal

José Carlos Brandão Gomes

### Conselho de Curadores

#### Presidente

Manuel Gomes do Monte

#### Vogal

Alípio Gomes do Monte

#### Vogal

Irene Flores Gomes Morim

#### Vogal

Maria de Lurdes Rodrigues Valentim Gomes do Monte

#### Vogal

Joana Maria Valentim Gomes do Monte

### Conselho Fiscal

#### Presidente

Manuel João Meira Fernandes

#### Vogal

Celso José Patrício

#### Vogal

Paulo Roberto de Souza Mathias Lima

## 04 ESTATUTOS

Os estatutos da Fundação (disponível em [www.fundacaomonte.pt](http://www.fundacaomonte.pt)), foram preparados pelos fundadores e devidamente reconhecidos pelo Governo.

### 05 LEGALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

O processo de legalização iniciou-se em 12 agosto de 2010 logo após a escritura pública de constituição, tendo sido legalmente reconhecida no dia 17 de outubro de 2012, por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. O Despacho nº.14129/2012, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, nº.211, de 31 de outubro.

### 06 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Como nos anos anteriores e dando seguimento a uma tarefa há muito realizado pela Sra. D. Irene, Membro do Conselho de Curadores, em 2016 a Fundação distribuiu cabazes de Natal pelas famílias mais carenciadas do concelho da Póvoa de Varzim, este ano conseguimos ajudar mais de 50 famílias.

Foram igualmente distribuídos cabazes nas Instituições da Obra de Santa Zita e Instituto Madre Matilde e oferecido um donativo em dinheiro.

Este ano foi também oferecido um donativo à Beneficente para ajudar esta instituição a proporcionar aos seus utentes uma ceia de Natal mais feliz.

O Instituto Madre Matilde pediu à Fundação o seu contributo para obras de requalificação no seu edifício.

Uma das intervenções passa pela remoção de uma cobertura constituída por placas de fibrocimento que contém amianto, incluindo a remoção da estrutura de madeira que se encontra apodrecida e as respectivas caleiras e rufos que estão em mau estado de conservação. Aplicar-se-á painel sandwich com aparência de telha cerâmica, que terá a função da drenagem superficial das águas pluviais, mas também atribuir-lhe um isolamento térmico, até agora inexistente.

Uma segunda intervenção contempla uma nova pintura, com cores claras, na caixa de escadas da instituição que serve o infantário, proporcionando assim uma maior luminosidade e um visual mais aberto e amplo, ao referido espaço.

No final do ano de 2016 avançamos com pedido de orçamento para que em 2017 possamos avançar com obras.

### 07 RELATÓRIO FINANCEIRO

Do ponto de vista financeiro, a prudência e a sustentabilidade serão princípios que deverão estar sempre presentes nas várias iniciativas e projetos em que a Fundação se envolva.

Foi igualmente decidido, como política geral, gerir os recursos disponíveis de modo muito prudente, só efetuando aplicações de alta segurança ou sem qualquer risco.

Póvoa de Varzim, 7 de março de 2017

#### O Conselho de Administração

Fábia Filipa Valentim Gomes do Monte  
Presidente

Tiago Nuno da Silva Melo Patrício  
Vogal

José Carlos Brandão Gomes  
Vogal

---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

## BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	173.275	175.960
Subtotal		173.275	175.960
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	6	1.057	1.057
Outros ativos correntes	4	428.706	484.970
Caixa e depósitos bancários	4	10.650	4.693
Subtotal		440.412	490.720
Total do ativo		613.687	666.680
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	7	678.116	678.116
Resultados transitados	7	-43.605	54.948
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	7	19.688	19.688
Subtotal		654.199	752.752
Resultado líquido do período		-54.201	-98.554
Total dos fundos patrimoniais		599.998	654.199
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8	390	473
Estado e outros entes públicos	9	4.708	4.086
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	5.582	5.582
Outros passivos correntes	11	3.010	2.341
Subtotal		13.689	12.481
Total do Passivo		13.689	12.481
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		613.687	666.680

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	12	-1.867	-1.804
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	13	-52.747	-106.429
Outros rendimentos	14	33.446	46.227
Outros gastos	15	-24.366	-25.554
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-45.533</b>	<b>-87.560</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	16	-2.685	-2.685
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-48.219</b>	<b>-90.245</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-48.219</b>	<b>-90.245</b>
Imposto sobre o rendimento do período	17	-5.982	-8.308
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-54.201</b>	<b>-98.554</b>

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO 2016

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
	Notas					
Posição no Fim do Período de 2015		678.116	54.948	19.688	-98.554	654.199
Aplicação do resultado do Período			-98.554		98.554	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016	1	678.116	-43.605	19.688		654.199
	2	678.116	-43.605	19.688		654.199
Resultado Líquido do Período	3				-54.201	-54.201
Resultado Integral	4=2+3				-54.201	-54.201
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016	6=1+2+3+5	678.116	-43.605	19.688	-54.201	599.998

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO 2015

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
	Notas					
Posição no Fim do Período de 2014		678.116	52.076	19.688	2.873	
Aplicação do resultado do Período			2.873		-2.873	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015	1	678.116	54.948	19.688		
	2	678.116	54.948	19.688		752.752
Resultado Líquido do Período	3				-98.554	-98.554
Resultado Integral	4=2+3				-98.554	-98.554
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015	6=1+2+3+5	678.116	54.948	19.688	-98.554	654.199

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	31-12-2016	31-12-2015
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
<i>Recebimentos de clientes e utentes</i>		18.000	18.000
<i>pagamentos de apoios</i>		-13.122	-20.084
<i>Pagamentos a fornecedores</i>		-1.867	-1.804
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>3.012</b>	<b>-3.888</b>
<b>Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		-4.086	-3.644
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-1.519	-2.923
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-2.593</b>	<b>-10.455</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Investimentos financeiros</i>		-57.764	-262.400
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Investimentos financeiros</i>			158.012
<i>Juros e rendimentos similares</i>		6.810	18.085
<i>Dividendos</i>		3.239	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-47.715</b>	<b>-86.303</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>-50.307</b>	<b>-96.758</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		489.663	586.421
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	439.356	489.663

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

### ANEXO

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (montantes expressos em Euros)

#### NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Monte, com número de contribuinte 510441254, é sedada na Rua Avelino Barros nº 283 na Póvoa de Varzim, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos criada pela Família Monte.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 14129/2012, de 17 de outubro de 2012, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O fim primordial da Fundação é o de promover a educação, apoiar o fortalecimento da solidariedade social, apoiar entidades de interesse público e desenvolver infraestruturas de interesse público.

As presentes demonstrações financeiras da Fundação são as suas demonstrações financeiras individuais, reportando-se ao período findo em 31 de dezembro de 2016, sendo apresentadas em euros.

#### NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) específica para as entidades do setor não lucrativo, aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março.

Sem prejuízo da utilização da norma atrás referida, sempre que a mesma contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida, de forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada da posição financeira e do seu desempenho, recorre supletivamente, e pela seguinte ordem, (i) às NCRF e Normas Interpretativas (NI), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho,

e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

##### 2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

##### 2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não há contas do balanço ou da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

#### NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

##### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

###### 3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de ser utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Fundação, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

### 3.1.2. Instrumentos Financeiros

A Fundação classifica os seus outros instrumentos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### Outros ativos correntes

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros correntes quando tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor.

#### Outros ativos não correntes

Os Outros Ativos não correntes são ativos financeiros não derivados: que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento  
Aquisições e alienações de: i) ativos financeiros correntes, e ii) ativos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (trade date), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transação, exceto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é a sua cotação corrente (bid-price). Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### 3.1.3. Imparidade de ativos

A Fundação avalia, à data de balanço, se existe algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Outras Imparidades (perdas/reversões)”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no

final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

### a) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo.

### c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Relativamente aos depósitos bancários, se a sua disponibilização for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

### 3.1.4. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e

detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

### 3.1.5. Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” ou “Diferimentos”.

### 3.1.6. Imposto sobre o rendimento do período

A Fundação, uma vez que ainda não dispõe do estatuto de utilidade pública, está sujeita às regras gerais do IRC, sendo aplicada a taxa prevista no n.º 5 do artigo 87º do CIRC.

Os impostos sobre o rendimento foram reconhecidos como gastos do período abrangido pelas presentes demonstrações.

### 3.1.7. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

### a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Fundação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

### 3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração da Fundação utiliza estimativas e pressupostos que não afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros, dividendos e variações em “equivalentes de caixa” como atividades de investimento.

### 4.1. Comentário do Conselho de Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

		2016	2015
		Quantias disponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso
<b>Caixa</b>			
Caixa		1.000	1.000
<b>Subtotais</b>		<b>1.000</b>	<b>1.000</b>
<b>Depósitos bancários</b>			
Depósitos à Ordem - Euro		9.650	3.694
Depósitos a Prazo - Euro			
<b>Subtotais</b>		<b>9.650</b>	<b>3.694</b>
<b>Outros equivalentes de caixa</b>			
Ações		79.274	106.987
Obrigações e títulos de particip.		47.201	77.084
Carteira de títulos		302.231	300.898
<b>Subtotais</b>		<b>428.706</b>	<b>484.970</b>
<b>Totais</b>		<b>439.356</b>	<b>489.663</b>

### NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2016	2015
<b>Custo:</b>		
Imóveis	179.016	179.016
Em curso	5.000	5.000
	<b>184.016</b>	<b>184.016</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade Acumuladas:</b>		
Depreciações acumuladas	10.741	8.056
Perdas por Imparidade		
	<b>10.741</b>	<b>8.056</b>
	<b>173.275</b>	<b>175.960</b>

Esta rubrica inclui na rubrica de “Imóveis” os que foram atribuídos pelos Fundadores da instituição destinados à prossecução do fim da Fundação e na rubrica de “Em curso” o valor de adiantamento efetuado para compra de novo bem, que se concretizou em janeiro de 2017.

### NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Créditos a Receber” decompõe-se como se segue:

	2016	2015
Devedores por Acréscimos de rendimento		
Outros	1.057	1.057
	<b>1.057</b>	<b>1.057</b>
Perdas por Imparidade acumuladas		
	<b>1.057</b>	<b>1.057</b>



### NOTA 7 – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro o total da Rubrica de Fundos teve a sua origem nos bens e montantes afetos pelos fundadores ao património da Fundação com vista à prossecução do seu fim.

Composição da origem dos Fundos Patrimoniais:

Imóveis	179.016
Ações	120.482
Unidades de Participação	113.200
Dinheiro	265.418
	<b>678.116</b>

Movimentos na Rubrica de Fundos Patrimoniais durante o ano de 2016:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	678.116			678.116
Resultados Transitados	54.948		98.554	-43.605
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	19.688			19.688
Resultado Líquido do Período	-98.554	98.554	54.201	-54.201
	<b>654.199</b>	<b>98.554</b>	<b>152.754</b>	<b>599.998</b>

### NOTA 8 – FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecedores” decompõe-se como se segue:

	2016	2015
Fornecedores conta corrente	390	473
	<b>390</b>	<b>473</b>

### NOTA 9 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” é assim detalhada:

Saldos passivos	2016	2015
IRC - Imp.sobre o rendimento	4.708	4.086
	<b>4.708</b>	<b>4.086</b>

### NOTA 10 – FUNDADORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fundadores” é assim detalhada:

	2016	2015
Fundadores	5.582	5.582
	<b>5.582</b>	<b>5.582</b>

### NOTA 11 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outros Passivos Correntes” é assim detalhada:

	2016	2015
Outros credores por acréscimos de gastos	3.010	2.341
	<b>3.010</b>	<b>2.341</b>

### NOTA 12 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é assim detalhada:

	2016	2015
Trabalhos Especializados	708	97
Publicidade e propaganda	50	101
Vigilância e segurança	729	681
Conservação e reparação	0	0
Serviços bancários	323	865
Aluguer de Viaturas Comerciais	57	60
	<b>1.867</b>	<b>1.804</b>

### NOTA 13 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Reduções de justo valor” é assim detalhada:

	2016	2015
Em instrumentos financeiros - Ações	27.713	6.158
Em instrumentos financeiros - Obrigações e Títulos de Participação	24.866	80.036
Em instrumentos financeiros - Em outros títulos	167	20.236
	<b>52.747</b>	<b>106.429</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o efeito na Demonstração dos Resultados da aplicação do “Justo Valor” é assim detalhado:

	2016	2015
Aumentos de justo valor	0	0
Reduções de justo valor	-52.747	-106.429
	<b>-52.747</b>	<b>-106.429</b>

### NOTA 14 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outros rendimentos” é assim detalhada:

	2016	2015
Ganhos em outros instrumentos financeiros	0	1.225
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	18.000	18.000
Juros de outras aplicações de meios financeiros líquidos	10.976	22.048
Juros de aplicações de meios financeiros líquidos	4.469	4.954
	<b>33.446</b>	<b>46.227</b>

### NOTA 15 – OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outros gastos” é assim detalhada:

	2016	2015
Impostos	2.354	2.343
Alienações de Investimentos Financeiros	8.881	3.127
Correções relativas a períodos anteriores	9	0
Donativos	13.122	20.084
	<b>24.366</b>	<b>25.554</b>

## RELATÓRIO & CONTAS 2016

Na rubrica de Donativos estão incluídos os donativos às seguintes entidades:

	2016	2015
Obra de Santa Zita	1.000	9.415
Instituto Madre Matilde	1.000	1.000
A Beneficente	2.000	0
Apoio Social	0	368
Cabazes de Natal - Famílias carenciadas	9.122	9.301
	<b>13.122</b>	<b>20.084</b>

### NOTA 16 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é assim detalhada:

	2016	2015
Edifícios outras construções	2.685	2.685
	<b>2.685</b>	<b>2.685</b>

### NOTA 17 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” é assim detalhada:

	2016	2015
Imposto corrente	5.982	8.308
	<b>5.982</b>	<b>8.308</b>

### NOTA 18 – GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 2016 não existia qualquer garantia bancária.

### NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

### NOTA 20 – PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 a Fundação não tinha situações que possam ser avaliadas como passivos contingentes.

### NOTA 21 - DIVULGAÇÕES DE FACTOS PÓS BALANÇO

#### 21.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 7 de março de 2017.

#### 21.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que deem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação.

### NOTA 22 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

---

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

---

**NELSON MOINHOS & PAULO LIMA**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO MONTE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 613.687 euros e um total de fundos patrimoniais de 599.998 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.201 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação



Rua António Luís Gomes, 120, Sala 7  
4400-125 Vila Nova de Gaia  
T +351 223 791 271/72 F +351 223 791 239

Contribuinte N.º 503 426 180  
Capital Social 5.000 euros  
Insc. na OROC sob o n.º 131

Edifício Trade Center - Via Norte - E. N. 13 132  
Salas 105 - 107 4470-038 Maia  
T +351 229 476 413/14 F +351 229 476 415

### **SON MOINHOS & PAULO LIMA** SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas



**NELSON MOINHOS & PAULO LIMA**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

– avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Maia, 14 de março de 2017



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)

representada por

Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)

---

**20**

**16**

---